



PROJETO DE LEI Nº 112/2019

Disciplina o horário de ligações por empresas de cobrança, telemarketing, bancos ou afins, através de sms, whatsapp, ligação telefônica ou qualquer outro meio eletrônico". EXARA-SE O PARECER PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

AUTOR: RICARDO BARBOSA

RELATOR (A): DEP. DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

PARECERN°

12

/2019

I - RELATÓRIO

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 112/2019** de autoria do Deputado Ricardo Barbosa e que "Disciplina o horário de ligações por empresas de cobrança, telemarketing, bancos ou afins, através de sms, whatsapp, ligação telefônica ou qualquer outro meio eletrônico".

Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR realizada dia 09 de abril de 2019 o projeto em apreciação mereceu parecer pela CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.





II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise estabelece que os telefonemas para oferta de produtos e serviços ou cobrança de débitos por empresas de telemarketing, de cobrança de bancos ou afins, sejam realizadas somente de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, excetuando-se os sábados, domingos e feriados, caso em que as ligações serão vedadas.

Estabelece ainda que, em qualquer caso, a oferta de produtos, serviços ou cobrança somente poderá ser efetuada mediante a utilização, pela empresa contratante, de numero telefônico que possa ser identificado pelo consumidor, sendo vedada a utilização de numero privado, devendo ainda a empresa se identificar logo no início da chamada.

O art. 3º estatui que o descumprimento sujeitará os infratores às sanções previstas no art. 71 e aos demais preceitos constantes dos artigos 57 a 60 do Código de Defesa do Consumidor e serão impostas, nos respectivos âmbitos, pelos órgãos estaduais de defesa do consumidor.

Pois bem, conforme o artigo 141, inciso II do Regimento interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, a proposição será distribuída, após a admissibilidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, às demais comissões permanentes quando a matéria de sua competência estiver relacionada com o mérito da proposição, de maneira que, por evidentemente tratar de matéria referente às relações de consumo e defesa do consumidor é de competência desta comissão a apreciação do seu mérito, nos termos da norma que se extrai do artigo 31, inciso VII, do regimento interno desta casa.

Deste modo, no tocante aos aspectos que se submetem à analise desta comissão temática, percebe-se que se cuida indubitavelmente de medida de interesse público, justa e de largo alcance social.





É de opinião unânime o constrangimento, vedado pela legislação consumerista, que o consumidor sofre ao receber ligações ou mensagens de cobrança em seu horário de descanso noturno ou em seu lazer de final de semana.

Nesse sentido, a proposição vem beneficiar e proteger o consumidor que é importunado e perturbado fora do horário comercial, durante o momento de descanso.

Nesse sentido, ao disciplinar o horário de ligações por empresas de cobrança, telemarketing, bancos ou afins, através de sms, whatsapp, ligação telefônica ou qualquer outro meio eletrônico a proposição fortalece objetivamente, os deveres de proteção do consumidor contra práticas abusivas no oferecimento de produtos ou serviços.

Logo, por apresentar interesse público inquestionável, esta relatoria opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 112/2019.

É o voto.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 2019.

DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO

Relator (a)





III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias é pela **APROVAÇÃO do Projeto de** Lei nº 112/2019.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 2019.

Apreciado pela Comissão

DEP. EDMILSON SOARES

Presidente

DEP. CIDA RAMOS

Membro

DEP. DRA. PAULA

Membro

DEP. DEL. WALLBER-VIRGOLINO

Membro

DEP. TIÃO GOMES

Membro